

DECISÃO N° 1793204, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 25351.121925/2020-96

AIS nº 0544203206 - GGFIS-DF

**Autuada: ACQUALOE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
COSMÉTICOS LTDA**

A empresa **ACQUALOE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA** foi autuada em 21 de fevereiro de 2020 pela(s) irregularidade(s) transcrita(s) abaixo, infringindo os art. 3º, 21, 23, 31, do Decreto-Lei nº 986/69 e art. 1º da Resolução RE nº 5052/2011. A(s) conduta(s) foi(ram) tipificada(s) no art. 10, IV, V, XXIX, da Lei nº 6.437, de 1977.

[...]

1) Fazer publicidade e expor à venda, por meio do endereço eletrônico <http://www.aloeverashop.com.br>, acessado em 18/05/2017 e 19/06/2018, diversos produtos à base de ALOE VERA, tais como SUCO DE ALOE VERA GEL COM UVA BORDO ALPHALOE, SUPLEMENTO ALPHALOE ALOE, KIT SUPLEMENTO ALPHALOE SABOR ALOE VERSA COM LARANJA, MEL E GELEIA REAL, sem que os mesmos possuam registro na ANVISA; 2) Fazer publicidade e expor à venda, por meio do endereço eletrônico <http://www.aloeverashop.com.br>, acessado em 18/05/2017 e 19/06/2018, diversos produtos à base de ALOE VERA, tais como SUCO DE ALOE VERA GEL COM UVA BORDO ALPHALOE, SUPLEMENTO ALPHALOE ALOE, KIT SUPLEMENTO ALPHALOE SABOR ALOE VERSA COM LARANJA, MEL E GELEIA REAL, possibilitando interpretação falsa, erro ou confusão quanto à natureza, composição e qualidade do produto ao atribuir qualidades superiores àquelas que realmente possuem, uma vez que não foram não autorizadas e comprovadas

[...]

Notificada da autuação em 25 de março de 2021 (fls. 34), a Autuada não apresentou defesa deixando transcorrer *in albis* o prazo do artigo 22 da Lei nº 6437/77.

A área autuante, seguindo o preceito do art. 22, §2º, da Lei nº 6.437, de 1977, manifestou-se em 26 de maio de 2021 pela manutenção do AIS, argumentando que restam

configuradas as irregularidades apontadas no auto de infração, sendo inegável a caracterização das infrações à legislação sanitária e classificou o risco sanitário da infração como alto, tendo em vista suas consequências para a saúde pública (fls. 40).

No tocante à situação cadastral da Autuada, insta consignar que apesar de constar com a situação de “Inapta (omissão de declarações)” em seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (fls. 43) não há impedimento para que este processo administrativo sanitário prossiga regularmente.

Inicialmente, analisando os autos, observo, salvo melhor juízo, que até o presente momento não ocorreu a prescrição em âmbito administrativo, conforme disciplina da Lei nº 9.873, de 1999.

Ademais, quanto à autuação, entendo que foram observados os princípios administrativos, inclusive os da ampla defesa e do contraditório, bem como os requisitos de validade do art. 13 da Lei nº 6.437, de 1977.

No mérito, corroboro o entendimento da área autuante no sentido da manutenção do AIS, considerando os documentos de fls. 3-6; 9-12, como a impressão das publicidades, bem como a consulta ao Registro.br que comprovam a autoria e materialidade da infração sanitária. Ao cometê-la, a Autuada descumpriu os dispositivos apontados no AIS, e por isso foi autuada.

Segundo o art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976, nenhum produto da categoria dos alimentos poderá ser exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado nesta Agência. Sobre este ponto, destaco que os produtos que não possuem registro não tiveram sua qualidade, segurança e eficácia comprovados pela Anvisa, o que implica em incerteza a respeito de qualquer de seus efeitos.

Ressalto, ainda, que os produtos sem registro em questão foram divulgados na internet, em um meio de comunicação de alta exposição e de acesso relativamente simples para grande parte da população, o que intensifica o risco sanitário.

Isso posto, passo à dosimetria da pena.

Para tanto, determina a Lei nº 6.437, de 1977, que para a penalidade de multa se considere o risco sanitário da conduta infracional, os antecedentes da autuada quanto a

anteriores condenações por infrações sanitárias e a sua capacidade econômica, nos termos dos arts. 6º, II e III, e 2º, §3º, respectivamente. Ademais, o art. 6º, I, dispõe que igualmente se levem em conta eventuais circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme previsto nos arts. 7º e 8º da mesma Lei.

No caso em análise, a empresa está classificada como microempresa (fls. 43), é primária no que se refere a anteriores condenações por infrações sanitárias (fls. 37) e praticou conduta cujo risco sanitário foi classificado como alto pela área autuante (fls. 40).

Diante de tais constatações, é de se observar o disposto no art. 55 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e na manifestação da Procuradoria junto à Anvisa no Parecer nº 0119/2019/CCONS/PFANVISA/PGF/AGU, que conclui que na atividade fiscalizatória por parte da ANVISA em microempresas e empresas de pequeno porte, que sejam primárias no que se refere a anteriores condenações por infrações sanitárias e onde as condutas sejam classificadas com grau de risco sanitário alto, a “dupla visita” não é exigível antes da lavratura do auto de infração. Portanto, considerando que é a situação observada nos autos deste processo, o Auto de Infração em questão deve ser mantido.

Observados os pressupostos dos arts. 7º e 8º da Lei nº 6.437, de 1977, inexistem nos autos circunstâncias outras que possam ser consideradas como atenuantes ou agravantes, motivo pelo qual a infração será classificada como leve no que se refere ao valor da multa, de acordo com a regra do art. 4º, I, c/c art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 6.437, de 1977.

Assim, considerado o porte econômico da empresa e o risco sanitário da infração cometida, a aplicação do valor mínimo não se prestaria à finalidade de desestimular novas práticas irregulares, pois pouco refletiria como penalidade financeira. Em outros dizeres, é preciso que haja algum impacto financeiro suficiente para desestimular novas condutas, mas o valor aplicado também não pode se exceder a ponto de impactar mais que o mínimo necessário para esse desestímulo.

Diante do exposto, julgo procedente a autuação e, com fundamento nos pareceres que me antecedem, a teor do que permite o art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 1999, **mantenho o Auto de Infração Sanitária em epígrafe e aplico à autuada a penalidade de multa no valor total de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), estabelecida conforme**

abaixo, além da proibição da propaganda.

a) R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por fazer publicidade e expor à venda, por meio do endereço eletrônico <http://www.aloeverashop.com.br>, acessado em 18/05/2017 e 19/06/2018, diversos produtos à base de ALOE VERA, tais como SUCO DE ALOE VERA GEL COM UVA BORDO ALPHALOE, SUPLEMENTO ALPHALOE ALOE, KIT SUPLEMENTO ALPHALOE SABOR ALOE VERSA COM LARANJA, MEL E GELEIA REAL, sem registro na ANVISA, (risco alto); e

b) R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por fazer publicidade e expor à venda, por meio do endereço eletrônico <http://www.aloeverashop.com.br>, acessado em 18/05/2017 e 19/06/2018, diversos produtos à base de ALOE VERA, tais como SUCO DE ALOE VERA GEL COM UVA BORDO ALPHALOE, SUPLEMENTO ALPHALOE ALOE, KIT SUPLEMENTO ALPHALOE SABOR ALOE VERSA COM LARANJA, MEL E GELEIA REAL, possibilitando interpretação falsa, erro ou confusão quanto à natureza, composição e qualidade do produto ao atribuir qualidades superiores àquelas que realmente possuem, uma vez que não foram não autorizadas e comprovadas, (risco alto).

Publique-se no Diário Oficial da União e dê-se ciência à Autuada.

TIAGO ALVES DE CARVALHO

Autoridade Julgadora - Portaria nº 516, de 9 de julho de 2020
Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações
Sanitárias
CAJIS/DIRE4/ANVISA



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Alves de Carvalho, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária**, em 25/02/2022, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1793204** e o código CRC **6CD9A483**.
